ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas dez horas e quinze minutos, no Auditório Dr.
Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de
Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro,
presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa
Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente
Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, começou por informar que a
Senhora Deputada Iolanda Cristina Barros Neves solicitou a sua substituição ao abrigo do artº 5º do Regimento da
Assembleia, tendo sido substituída pelo Senhor Deputado Jorge Miguel Gomes, em conformidade com o previsto no artº 6º
do referido Regimento
De seguida procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se a ausência dos
Deputados Hélio José Madureira Aires e Horácio Alberto Pinto
Não justificaram a falta no prazo legalmente estabelecido, ambos os membros ausentes
Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos
ORDEM DO DIA
ORDEM DO DIA
PONTO ÚNICO - EVOCAÇÃO DO "25 DE ABRIL DE 1974"
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por fazer a apresentação dos oradores
convidados, Dr. Manuel Carvalho da Silva e Dr. Manuel Brito, fazendo referência às notas biográficas de cada um deles
Seguidamente passou a palavra em primeiro lugar ao Dr. Manuel Carvalho da Silva, que abordou o tema "25 de
abril – por um novo compromisso de desenvolvimento". Depois passou a palavra ao Dr. Manuel Brito que falou sobre o
tema "Desporto e Cidadania"
Terminadas as intervenções dos oradores convidados o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a
presença de ambos, referindo ter sido um contributo enriquecedor para estas comemorações
A seguir fez o convite às bancadas do PS e do PSD-CDS/PP para fazerem as suas intervenções, que a seguir se
transcrevem:
INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MÁRIO LEGOÍNHA – BANCADA DO PS :
"Exm Sr presidente da assembleia e restante mesa
Exm Sra presidente de câmara e srs vereadores
Exm srs deputados municipais
Abril. 41 um anos passados desde a revolução. O que mudou? Apesar de não o ter presenciado indubitavelmente
vivemos num Portugal melhor Num Portugal mais justo e para além disso numa Europa que se quer mais igual, mais
próxima dos seus cidadãos e mais justa
A liberdade conquistada permitiu evoluir, permitiu casa, trabalho e família a todos que até então não o conseguiam,
permitiu nos integrar um movimento global europeu que tem vindo a ajustar as desigualdades entre os países membros da
UE. No entanto, e infelizmente nem tudo foram cravos Nestes 41 anos ganhamos, mas nas 2 últimas décadas temos
vindo a perder bastante Perdemos investimento nas nossas regiões de baixa densidade, perdemos vias férreas,
perdemos serviços, e com isto perdemos população! Como antes da liberdade ter sido conquistada também hoje assistimos
a migração de jovens, infelizmente a maior migração de pessoas após a conquista da liberdade de Abril E ao que parece
permanecemos impávidos, relativamente serenos sem acções que tragam a nossa população de volta que dêem vida as
pormanecemos impariacis, relativamente serenos sem acções que tragam a nossa população de volta que acem vida as

nossas aldeias, acções que impeçam o desaparecimento das nossas gentes e da nossa região Isto também seria cumprir
Abril, os ideais conquistados após a revolução e é por estes que todos aqui e qualquer um lá fora deve agora lutar Lutar
pela liberdade e pela igualdade dos povos deste nosso país, país onde uns são mais iguais que outros, onde instituições
são mais livres que os cidadãos, onde quem legisla não acautela a igualdade e impõe liberdades
É portanto tempo, 41 anos depois de todos pensarem qual a liberdade que queremos para os nossos cidadãos? A
liberdade financeira e económica tem vindo a ser imposta por quem regula, a liberdade institucional, nas nossas terras tem
desaparecido, como por exemplo a liberdade de acesso à justiça que emigrou para outras paragens Vivemos tempos de
liberdade condicionada no acesso ao Estado
Para mim jovem, que não conquistou a liberdade, apenas a viveu, sinto que o caminho da liberdade Portugal cada
vez mais está dificultado A liberdade no acesso ao ensino, a saúde, ao futuro dos jovens tem sido condicionada Somos
livres mas com limites Limites que servem apenas para nos empobrecer Para nos roubar o futuro enquanto jovens, para
adiar e limitar o percurso laboral que todos queremos percorrer, para obstruir o futuro de quem se quer fixar em terras do
interior Estas liberdades estão em causa devido às políticas que tem vindo a ser elaboradas, que afetam a nossa região,
região que merece ser ouvida, pois pode ser um motor para o desenvolvimento econômico do nosso país
Portanto torna se cada ano que passa mais importante não esquecer Abril, lembrar a todas as gerações futuras que
um dia Abril aconteceu, que a liberdade foi conquistada e que a luta não terminou em 1974, a luta pela liberdade tem que
se manter e cabe-nos a nós nos días de hoje lutar por tal Se assim não for caminhamos a passos largos para a
desertificação da nossa região, para o envelhecimento e para a migração forçada de jovens que sempre quiseram fixar se
nos locais onde nasceram
E a pergunta impõe-se: É isto que queremos? Um país desigual, menos humano, menos coeso territorialmente,
menos acessível, arriscaria a dizer menos livre? É preciso perceber qual a liberdade que neste momento defendemos, é
qual a liberdade por que no futuro queremos lutar Porque se não houver luta estaremos certamente condenados antes sequer do julgamento
Hoje é dia de relembrar Abril, festejar a liberdade, mas com os olhos postos no futuro
Que Abril possa continuar a cumprir-se, que todos nos o façamos cumprir nos tempos muito difíceis em que
vivemos, e que no futuro Abril seja um farol para não esquecer que um dia alguém conquistou a liberdade e pudemos
construir um país mais justo, mais livre e mais igual
Viva o 25 de Abril!"
INTERVENÇÃO DO REPUTADO LUIO TERÁNCIO. PANOARA DO ROMORO DO
INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS TERÊNCIO – BANCADA DO PSD/CDS-PP :
"Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Exmº Srª Presidente do Município
Exmº Doutor Manuel Carvalho da Silva
Exmº Dr. Manuel Brito
Exmº Sr. Vice Presidente do Município
Exmºs Srs. Vereadores
Exmºs Srs. Deputados Municipais
Meus Senhores e Minhas Senhoras
Bom dia a todos!
A minha primeira palavra vai para todos aqueles que de forma direta ou indireta se envolveram no dia 25 de Abril
de 1974 e que com a sua crença e luta fizeram possível estarmos aqui hoje a celebrar o 41º (quadragésimo primeiro)
aniversário da Liberdade
Esta Liberdade conquistada tem que ser na sua ascensão, liberdade de expressão, de opinião, de igualdade, de
oportunidade, de universalidade, mas o momento atual é extremamente delicado, pois vive-se, hoje, em Portugal, uma

profunda crise de valores. São exemplo, os varios escandalos de corrupção, pessoas com responsabilidade em orgaos
nacionais e locais envolvidas em esquemas duvidosos, notícias diárias de uma violência gratuita sem precedentes, de
desigualdades e oportunidades criadas, de acesso a serviços universais consagrados na Constituição da República
portuguesa
Tal como referi no discurso do ano transato, acredito que não foi o propósito que os Capitães de Abril fizeram e
lutaram pela Liberdade
Assim, é da responsabilidade de todos aproveitarmos esta efeméride nacional para a sua celebração e também
para refletirmos o seu percurso na nossa história e podermos extrair as devidas lições e transmiti-las às novas gerações
Mas o que temos assistido são constantes atropelos aos mais elementares direitos básicos e universais da
população, um desrespeito completo e total pela nossa liberdade e onde o liberalismo político exalta o cidadão em
detrimento do Estado e o liberalismo económico exalta a competição em detrimento dos mais desfavorecidos
Este é o momento de usarmos a Liberdade para exigir aos responsáveis políticos nacionais e locais uma
responsabilização nas suas tomadas de decisões, uma gestão eficiente, moderna e profissional e uma responsabilização
nos seus compromissos eleitorais
Terminados os tempos de gestão autárquica do betão, é chegado o momento de exigirmos às forças políticas
locais que repesquem o seu código genético e a sua componente mais Humanista, incentivando verdadeiramente o espirito
de iniciativa, de empreendedorismo, apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e verdadeiramente forte
que reforce o acesso ao emprego, criar as condições para que todos os empresários de forma equitativa tenhas as mesmas
oportunidades, criar uma comunidade inclusiva e solidária, reforçando o trabalho conjunto com todas as Instituições do
Concelho
Definitivamente, temos que assumir a nossa vocação de Concelho Agrícola e potencialmente de Turismo, fazendo
uma verdadeira e decisiva aposta na valorização das nossas tradições e recursos naturais, rentabilizando equipamentos
existentes, colocando o Concelho de Alfândega da Fé e os seus munícipes como única prioridade e devolver a vontade de
continuar a lutar pelas coisas da nossa terra
Cumprir Abril é uma tarefa inacabada, é persistir em mudar, é impedir tudo o que favorece o aumento das
desigualdades e das injustiças sociais e todos temos a obrigação de reconhecer a importância, a grandiosidade de um
verdadeiro serviço público prestado aos recursos mais valiosos de uma nação, os seus cidadãos
Acreditamos no futuro de Portugal!
Acreditamos no futuro de Alfândega da Fé!
Viva o 25 de Abril!
Viva Alfândega da Fé
Viva a Liberdade!"
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
" Senhora Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Digníssimas Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal
Senhora e Senhores Presidentes das Juntas e União de Freguesia
Senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia e União de Freguesia
Demais Autarcas
Ilustres Oradores convidados, Doutor Manuel Carvalho da Silva e Dr. Manuel Brito
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Por isso, também por isso, quero aqui apresentar o meu mais veemente repúdio por todas as medidas
implementadas pelo poder central que atacaram e atacam a autonomia local, em completo desrespeito pelos princípios
consagrados na Constituição da República Portuguesa de 1976 e na Carta Europeia da Autonomia Local de 15 de Outubro
de 1985
Reza assim o arigo 2º da CRP, com a epígrafe "Estado de Direito Democrático":
"A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado da soberania popular, no pluralismo de
expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades
fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e
cultural e o aprofundamento da democracia participativa."
<i>E</i> ,
Efectivamente, no nº 1 do artigo 6º da CRP, com a epígrafe "Estado Unitário", diz-se que "O Estado é unitário e
respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia
das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública"
Quarenta e um anos depois, as freguesias e os municípios estão implantados tal como a Constituição de 1976
previu que acontecesse, desde as primeiras eleições democráticas que ocorreram em 12 de Dezembro de 1976, mas o
artigo 236º da CRP continua por cumprir no que respeita à criação das regiões administrativas no continente, a que
corresponde aquilo a que vulgarmente ouvimos chamar regionalização; ainda não criadas porque a mecânica prevista nos
artigos 255º e seguintes da CRP dificulta muito, para não dizer que impede na prática a sua criação, sendo, no meu
entendimento, absolutamente necessário alterar tais normas, numa futura revisão constitucional, para pôr termo à clivagem
que existe em Portugal entre defensores e opositores
Minhas Senhoras e meus Senhores,
Há exactamente 39 anos que os portugueses votaram em eleições livres para as legislativas, no dia 25 de Abril de
1976, das quais resultou o primeiro governo constitucional
Muitos se lhe seguiram e vários foram os momentos em que o poder local democrático foi incomodado pela via
legislativa e por práticas orçamentais economicistas
Mas,
Este governo é o governo que em 39 anos mais desrespeitou os autarcas portugueses ao interferir diversas vezes
pela via legislativa, de duvidosa constitucionalidade, na governação autárquica, colocando, municípios como o nosso numa
situação dificílima de gestão, coarctando-lhe quase que totalmente a autonomia administrativa e financeira
Este governo é o governo que quase reduziu a cinzas o nosso tecido económico e que aumentou a clivagem social,
matando a chamada classe média e aumentando brutalmente o nível do desemprego e o nível do risco de exclusão social
Mas a democracia está viva e a contestação social foi e será sempre, mormente através do exercício do "direito à
greve" - como temos vindo a assistir mais repetidamente nos últimos tempos – a forma democrática e pacífica de lutar pelos
direitos que Abril nos deu e contra políticas erradas deste e de quaisquer outros governos
Recentemente e a propósito, a Cáritas divulgou resultados aterradores, afirmando que "Portugal é o país da União
Europeia onde o risco de exclusão é maior" e que, "os direitos dos mais novos não estão garantidos", sabendo-se que
actualmente, certamente mercê das excessivas doses de austeridade, estão mais de 640 mil jovens e crianças na pobreza.
Ficámos também a saber recentemente que há mais de 88 mil jovens licenciados com salário mensal inferior a €
600,00, o que para além do mais, impede que os jovens estruturem as suas vidas e possam ter filhos, provocando a médio
prazo, um maior défice de natalidade e o consequente maior envelhecimento da população
No dia em que António Costa apresentou o "Cenário Macroeconómico do PS", muitas vozes se levantaram para o
desvalorizar, das quais destaco as de Eduardo Catroga (personalidade que há cerca de 4 anos ouvimos congratular-se por
ser o responsável do programa de governo que ia mais além do que a Troika), dizendo mesmo que seria necessário que os
dois maiores partidos se entendessem para contornar aquilo a que ele chamou de "fundamentalismo do Tribunal

Constitucional", quando este órgão de soberania vem declarando inconstitucionais diversas leis e diplomas, na sequência
da sua importantíssima e basilar função fiscalizadora da constitucionalidade das normas
Recentemente, começámos por ouvir Juncker, novo presidente da Comissão Europeia, assumir que os programas
de ajustamento da Troika trataram países como Portugal de uma forma indigna e, na semana passada ouvimos também o
presidente cessante do mesmo órgão comunitário admitir que existiu um "problema de dignidade" nos resgates da Troika
Vale mais tarde do que nunca, mas o certo é que, durante os anos em que Durão Barroso presidiu à Comissão
Europeia, nunca se lhe ouviu uma só palavra de discordância acerca de tais políticas, sabendo-se agora que foram
geradoras, entre outros grandes males, a perda de cerca de meio milhão de postos de trabalho, sendo que de acordo com
os cálculos do "Diário Económico", baseados nas previsões do Governo com assento no "Programa de Estabilidade", entre
2015 e 2019 serão criados cerca de 192,2 mil postos de trabalho/empregos em Portugal, o equivalente a 40% dos que
foram destruídos durante os últimos quatro anos
Sob a mesma batuta, a batuta do falso reconhecimento da aplicação de medidas erradas, com doses excessivas
de austeridade, etc., espanta-me o descaramento e a falta de pudor da Senhora Lagarde, directora do Fundo Monetário
Internacional, ao afirmar recentemente que Portugal é a sétima economia mais lenta do mundo e que o seu crescimento
será, até 2020, de 0,2%
Tais afirmações, de uma alta responsável pela mais brutal destruição do nosso tecido económico-social a que
temos vindo a ser sujeitos, fazem lembrar aquilo a que vulgarmente chamamos "lágrimas de crocodilo"
Queríamos que a Troika se fosse embora – dizia-vos eu no meu discurso comemorativo dos 40 anos do 25 de Abril
e agora, que a Troika já nos deixou, queremos que os que como ela pensam – os tais seus "bons alunos" – sejam
impedidos por todos nós, através do voto expresso nas urnas de poderem continuar a dar cabo de Portugal e d vida dos
portugueses
Virar as páginas da austeridade e apostar no aumento de rendimento das famílias é, assim esperamos, o primeiro
passo para a recuperação da nossa dignidade enquanto cidadãos europeus, de uma Europa que se quer solidária e em
que os países mais ricos deixem de espezinhar os mais pobres
Perante o "Cenário Macroeconómico do PS" apresentado publicamente no p.p. dia 21, e expectante no que tange
ao comportamento das outras oposições, afigura-se-me que os meses que antecedem as próximas eleições legislativas
serão vitais para que continuemos a manter viva a esperança de podermos recuperar a nossa dignidade e a nossa plena
cidadania
António Costa, secretário-geral do PS e candidato a primeiro-ministro disse, aquando da apresentação de tal
documento de previsão macroeconómica, o seguinte:
o PS apresentará para o próximo combate eleitoral das legislativas, revelando, concordo com ele que, <u>"o que este estudo</u>
revela é que há alternativas às políticas que têm sido seguidas e que é possível virar as páginas das políticas de
austeridade"
A intervenção que o nosso Ilustre Convidado, Doutor Manuel Carvalho da Silva acabou de fazer, subordinada ao
tema: "O 25 de Abril: Para Um Novo Compromisso de Desenvolvimento", cujo conteúdo obviamente desconhecia (mas que
arrisquei adivinhar por conhecer o seu relevante passado interventivo e curricular) aquando da preparação deste meu
discurso cuja leitura estou prestes a terminar, trouxe-nos à memória as principais preocupações que o MFA sentia quando
os capitães de Abril decidiram pôr termo ao regime fascista de Salazar e Caetano e as preocupações que ele mantém nos
dias de hoje, enquanto democrata e personalidade desde sempre ligada ao sindicalismo e mais recentemente ao ensino
universitário, Professor Catedrático convidado da Universidade Lusófona, tendo a seu cargo a coordenação do "Mestrado
de Sociologia e Economia do Trabalho: Inteligência Económica e Cooperação no Espaço Lusófono"
O Tema da dissertação que escolheu para o seu Doutoramento em 2007 no ISCTE, com dissertação "Centralidade
do Trabalho e Acção Colectiva. Sindicalismo em Tempo de Globalização" e a excelente classificação que obteve, de "muito



Bom, com Distinção e Louvor", bem como o facto de pertencer ao núcleo de investigadores do CES (Centro Económico e
Social) desde 2009 e de ser o coordenador da sua delegação em Lisboa, bem como do "Observatório sobre Crises e
Alternativas", permitiram-me prever uma intervenção plena de qualidade, não resistindo em incluir neste meu discurso,
escrito ontem, estas referências, prevendo com elas que iríamos todos assistir a uma intervenção de alto nível cujo tema,
"O 25 DE ABRIL: PARA UM NOVO COMPROMISSO DE DESENVOLVIMENTO", o sugeria
Parabéns Doutor Carvalho da Silva, pela brilhante intervenção com que nos brindou e muito obrigado
Permitam-me ainda que, fazendo também um juízo de prognose relativamente à intervenção do nosso também
Ilustre Convidado, Dr. Manuel Brito, personalidade que eu conheci apenas hoje, em face do "Curriculum Vitae" que
antecipadamente tive oportunidade de consultar antes de redigir este discurso cuja leitura estou prestes a terminar,
Diplomado em Educação Física em 1971; Licenciado em Educação Física em 1978 e Mestre em Ciências de Educação
desde 1986, direi, pelas múltiplas funções desempenhadas a partir do ano de 1996 na área do Desporto e da Educação
Física, como Director do "Gabinete Coordenador do Desporto Escolar do Ministério da Educação, Presidente do Instituto
Nacional do Desporto de 1999 a 2002, Professor no Ensino Superior (Politécnico e Universitário) desde 1984 a 2009 em
diversos estabelecimentos universitários, passando pela cooperação pedagógica com os PALOP, na Guiné-Bissau e em
Cabo Verde, que ficámos todos mais ricos com o relato das experiências por ele vividas e com a certeza da importância
que o desporto tem na vida dos cidadãos em geral e dos estudantes, em particular, com a particularidade dos relatos
atinentes à experiência por ele vivida antes do 25 de Abril de 1974 (após a obtenção do Diploma em Educação Física no
Instituto Nacional de Educação Física em 1971) e ao exercício de funções autárquicas enquanto Vereador da Câmara
Municipal de Lisboa entre 2009 e 2013, detentor do Grau de Mestre em Ciências da Educação a partir de 1986, 12 anos
depois da Revolução dos Cravos
Para terminar, quero, enquanto presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, agradecer a
vossa presença e a vossa contribuição para as comemorações municipais do 41º aniversário da Revolução de 25 de Abril
de 1974, convidando todos os presentes à participação nos "Jogos Tradicionais", organizados pela Junta de Freguesia de
Alfândega da Fé que decorrerão pelas 14:30 horas no Parque Verde e a assistir ao "Concerto – Tributo a Zeca Afonso" que
decorrerá neste mesmo Auditório a partir das 21:00 horas
Viva o 25 de Abril,
Viva Alfândega da Fé,
Viva Portuga!!"
A Senhora Presidente da Câmara pediu autorização para poder intervir, no sentido de agradecer a presença a
todos, em especial aos dois oradores convidados.
E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos
Membros da Mesa
Wembros da Mesa
O Drasidante de Masa de Assemblais Municipal
O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)
(Nuno Mana Abreu Pinneiro Milanda)
O Primeiro Secretário
O Filmello Secretario
(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Pacó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)